



CENTRO DE ESPIRITUALIDADE DA PUC FAZ UM AJUSTE IDEAL DA PAISAGEM ORIGINAL DO JARDIM COM A INTERVENÇÃO ARQUITETÔNICA

Página 8



MARTINA É CAPAZ DE VER POESIA NAS COISAS MAIS PROSAICAS. COM ESTE OLHAR PARA O BELO, VAI TRANSFORMANDO VIDAS

Página 12



ANDAR DE BICICLETA, SONHO DE MUITA GENTE, QUE NÃO APRENDEU NA INFÂNCIA, TORNA-SE ATIVIDADE CADA VEZ MAIOR EM BH

Página 7

marco

Jornal-laboratório do Curso de Jornalismo . Faculdade de Comunicação e Artes . PUC Minas . Ano 46 . Edição 344 . Abril. 2019

MONTEIRO LOBATO

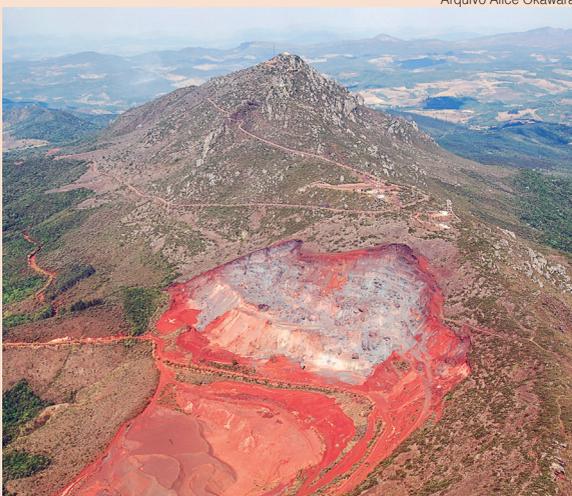
Sempre atual e polêmico, segue encantando crianças

Página 3



Paula Santana

leia ainda



Arquivo Alice Okawara

Serra da Piedade vem sendo ameaçada

A Igreja da Serra da Piedade e seu entorno, um dos locais mais visitados de Minas, emoldurado por uma paisagem natural de tirar o fôlego, corre risco de ser atingida pela mineração. A Arquidiocese de Belo Horizonte luta para preservar o conjunto.

Página 10

Horta na PUC oferta alimentos a moradores

A horta da PUC colabora oferecendo alimentos orgânicos aos vizinhos do campus Coração Eucarístico. Serve, também, como instrumento de educação ambiental para levar aos produtores e consumidores de verduras lições de convivência.

Página 8

m editorial

Educação sob questionamento

Luíza Lanza
5º período

A área da educação vive um momento de instabilidade no país: uma série de demissões no Ministério da Educação marcam os três primeiros meses de governo Bolsonaro e a crise culminou na exoneração do ministro Ricardo Vélez-Rodríguez. Com a educação sob ataques de cunho ideológico, é papel da imprensa reforçar a importância desse setor na constituição de uma sociedade humana e democrática. A edição 344 do Jornal MARCO, portanto, destaca o Dia Nacional da Educação.

O jornal mostra como o clima de polarização vigente tem influenciado, principalmente, o ensino nas escolas particulares, onde o debate dos chamados “temas transversais”, que envolvem o respeito à comunidade LGBTQ+, aos deficientes, as questões de equidade de gênero e diversidade, está sendo questionado. Outra figura importante para a educação no Brasil que tem sido alvo de polêmicas é Paulo Freire. Oferecemos uma matéria sobre a contribuição do pedagogo, em que explicamos como a obra do autor, que incentivava o pensamento crítico, foi distorcida e apresentada como doutrinação.

Outro autor prestigiado a que o MARCO faz referência nas páginas deste mês é Monteiro Lobato, cuja data de nascimento é homenageada pelo Dia da Literatura Infantil. Abordamos em uma reportagem sua contribuição para a construção do imaginário infantil, como, também, algumas polêmicas sobre a sua linguagem, que, para muitos, denotam preconceito racial. Ainda sobre o hábito da leitura, visando colocar em pauta as obras escritas por mulheres, o jornal reporta as atividades do Leia Mulheres, clube do livro na capital mineira.

Na editoria de cidade, abordamos o crescimento do ciclismo em Belo Horizonte, que, além de alternativa sustentável para o trânsito, possibilita perspectivas de empreendedorismo e cultura. Apresentamos, também, o projeto de extensão Patrimônio, realizado por estudantes da PUC Minas e da UFMG, que atua na avaliação para a reconstrução de estruturas danificadas de igrejas coloniais, auxiliando a preservação da memória histórica do estado.

No dia 14 de março, completou-se um ano da execução da vereadora carioca Marielle Franco. Com a prisão de dois suspeitos, abordamos a manifestação em BH, que levou às ruas centenas de pessoas por respostas: quem mandou matar Marielle? Na última página, ainda, o MARCO oferece uma entrevista com a MC Martina, ativista que compartilha suas vivências no Complexo do Alemão, onde mora e onde conheceu Marielle, através de competições de poesias.

Agradecemos a fidelidade e desejamos, a todos, uma ótima leitura.

m expediente

Jornal MARCO

Laboratório da Faculdade de Comunicação e Artes da PUC Minas
Instagram: @jornalmarco | e-mail: jornalmarcopucminas@gmail.com

Rua Dom José Gaspar, 500 | CEP 30.535-610 | Coração Eucarístico
Belo Horizonte | MG | Tel: (31) 3319-4920

Sucursal PUC São Gabriel: Rua Walter Ianni, 255 | CEP 31.980-110
Bairro São Gabriel | Belo Horizonte | MG | Tel: (31) 3439-5267

Diretora da Faculdade de Comunicação e Artes: Profª. Cláudia Siqueira
Chefe de Departamento: Profª Viviane Maia
Coordenadora do Curso de Jornalismo: Profª. Viviane Maia
Coord. do Curso de Jornalismo (S. Gabriel): Prof. Getúlio Neuremberg

Editora: Profª. Ana Maria Oliveira
Subeditores: Profª. Maura Eustáquia de Oliveira e Prof. Mário Viggiano
Editor Gráfico: Prof. José Maria de Moraes

Monitores de Texto:
Catarina Ayres, Gabriel Molnar, Gabriela Santana, Júlia Vilaça, Luíza Lanza e Victor Monteiro

Monitores de Fotografia: Carla Abreu e Paula Santana
Monitoras de Diagramação: Jéssica Mayara e Mariana Cavalcanti

Apoio: Laboratório de Fotografia e NEP

CTP e Impressão: Sempre Editora. Tiragem: 6.000 exemplares

CRÔNICA

Enfim, a Quaresma

Victor Monteiro
4º período

Após mais um carnaval regado a muito álcool, Gilson pensou que era hora de tomar uma decisão: ou parava de beber ou sua mulher ficaria viúva em pouco tempo. Teve então uma ideia brilhante, já cogitada em anos anteriores: iria aderir à Quaresma. Não beberia durante 40 dias.

Homem de fé, daqueles que frequentam as missas de domingo, Gilson não tinha por que não fazer um sacrifício para Jesus durante 40 dias. De quebra, faria bem a seu fígado, tão maltratado pelos anos que frequentava o Bar do Valdir, que, por sinal, ficava na esquina da rua onde morava.

Acontece que frequentar o bar era um hábito diário. Sua rotina consistia em acordar, ir trabalhar, passar no Bar do Valdir, tomar umas e voltar para casa. Já no primeiro dia de trabalho após o carnaval, a promessa foi quebrada. Seu erro foi passar em frente ao bar e não dar a volta para chegar a sua casa. Vendo o lamento do companheiro de copo pela promessa não cumprida, Agenor sugeriu: “Por que não doa uma cesta básica pra uma instituição de caridade a cada dia que beber? Vai pesar no bolso, vai te ajudar”.

A ideia parecia boa. Tanto que Gilson topou. Só não esperava que seria tão difícil, a ponto de passar 39 dias e, em nenhum deles, con-

seguir ficar sóbrio. Àquela altura, a culpa já o consumia. Honrar pelo menos um dia da quaresma passou a ser a missão. Aquele último dia seria de sacrifício e, por isso, ele deu a volta no quarteirão, para não passar pelo bar e ser seduzido. Para sua surpresa, o Pereira, que estava bem a caminho do Valdir, passou buzinando e gritando: “Tá perdido, rapaz? Tamo atrasado! Hoje começa o torneio de sinuca”. O torneio de sinuca. Ele havia se esquecido desse detalhe. A data não era favorável, mas ele poderia ir e não beber. Por que não?

Chegando ao bar, Gilson logo disse aos presentes: “Hoje não bebo. Estou de Quaresma”. Todos riram daquilo que soava como piada. Afinal de contas, apenas um dia não iria salvá-lo. Já estava com seu lugar no inferno garantido. Convencido, mas não satisfeito, ele esbravejou: — Vocês são uns capetas. Eu tentando cumprir a promessa e vocês não me ajudam. — Pensa só, Gilsão... cê tá fazendo um bem danado pra essa instituição aí, cara. Foram 40 cestas básicas. Eles tão precisando de gente como você — zombou o Alfredo.

“É, eu tô fazendo bem pra alguém, pelo menos”, pensou, enquanto lhe entregavam um copo de cerveja cheio e gelado. Sua consciência estava limpa. “Um brinde à caridade!”, alguém gritou. E todos brindaram.

CRÍTICA

Geometria e história

Bárbara Brant
7º período - Publicidade

A cidade em fase de expansão. Era chegada a hora de Belo Horizonte surgir, consolidada como a capital de Minas Gerais. Este período, a partir dos anos 1930, registrado pela sensibilidade do olhar de Wilson Baptista, pode ser visto na exposição “Urbano fotógrafo”, aberta ao público no Câmera Sete – Casa da Fotografia de Minas Gerais, até o dia 25 de maio de 2019.

O que poderia capturar os olhos do fotógrafo, diante daquela imensidão de possibilidades vindas com a transformação da paisagem no desenvolvimento de uma cidade jovem? O cotidiano lhe tomava os olhos. Mas o gesto de Baptista era o de transformar a realidade por meio da arte, desdobrando cenas do dia a dia em formas e em texturas visuais. O olhar do espectador é fisgado pela superfície das imagens, que constituem a modernidade da cidade pelo contras-

te e por sua geometria. Permeando nos contrastes, nas angulações, causando sensação de pertencimento ao instante em que houve o clique, o espectador vive ali, sentindo-se íntimo da obra. Imerge nos tons de cinza do papel fotográfico, aparentemente limitado, sentindo as formas e o brilho pela quantidade de luz presente, pela variação do ângulo que conforma a chegada do novo. Pelas linhas e massas, a cidade renasce em imagem.

A capital em que vivemos, hoje, convida-nos a investigar cada detalhe das obras da exposição, em busca de um encontro entre passado e presente. Pelo reflexo das fotografias expostas, cobertas por placas de vidro suspensas no ar, é possível enxergar a imagem da vida pregressa das construções, suas linhas e quinas. Uma geometria das composições visuais que conversa bem com as formas que configuram o centro e fazem surgir, nas imagens, nossa Belo Horizonte.

Marina Vidal - 3º Período de Jornalismo



m fórum dos leitores

Jornalista dá sugestão a repórteres

Cheguei do Córrego do Feijão e encontrei o envelope com o MARCO. Boa Capa. A pergunta atende, também, a tantas outras tragédias da enciclopédia dos absurdos: “Minas, até quando?”. A chamada, sucinta, direta, complementa bem o título. A foto ajuda na percepção da dimensão da tragédia. Fiz uma leitura rápida. Fui, claro, mais dedicado ao tema principal. A nota do reitor é a mais

real e corajosa entre todas manifestações que li e ouvi. Os projetos de apoio às comunidades afetadas, dentro da Pró-Reitoria de Extensão, serão importantes. Mas seria bom que os estudantes dessas áreas fossem antes aos locais e fizessem uma leitura inicial de conhecimento, para que o produto final não seja o que a PUC quis mas, sim, o atendimento às necessidades daquelas famílias e pessoas.

Nairo Alméri

(ex-repórter do Jornal do Brasil e proprietário de um sítio no Córrego do Feijão)

Monteiro Lobato: da literatura infantil à polêmica do racismo

O Dia Nacional do Livro Infantil é comemorado em 18 de abril, homenageando o renomado escritor

Deborah Dietrick
Vinícius Medeiros
1º período

“Ainda acabo fazendo livros onde as nossas crianças possam morar.” Monteiro Lobato, contista, ensaísta e tradutor, ao se destacar como o primeiro brasileiro a se dedicar ao público infantil, é referência da literatura clássica brasileira. Seu primeiro livro, “A menina do Narizinho Arrebitado”, publicado em 1920, deu início ao seu destaque no âmbito infanto-juvenil. Desde 2002, em 18 de abril, dia do seu nascimento, é comemorado o Dia Nacional do Livro Infantil, em sua homenagem. Livros como “Reinações de Narizinho”, “As Caçadas de Pedrinho” e “Sítio do Pica-pau Amarelo” são encontrados nas principais grades escolares desde a educação primária aos estudos da teoria literária.

Apesar da grande influência cultural, essas obras têm sido questionadas desde 2010. Antônio Gomes da Costa Neto, servidor da

Secretaria de Educação do Distrito Federal e mestrando da Universidade de Brasília (UnB), ao analisar o livro “As Caçadas de Pedrinho”, fez uma denúncia à Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, sob o argumento de que a obra promovia preconceito contra negros.

No livro analisado por Antônio Neto, é possível encontrar trechos como “Tia Nastácia, esquecida dos seus numerosos reumatismos, trepou que nem uma macaca de carvão pelo mastro de São Pedro acima” ou “não vai escapar ninguém – nem Tia Nastácia, que tem carne preta”. As denúncias contra a obra de Monteiro Lobato foram acolhidas por unanimidade pelo CNE (Conselho Nacional de Educação) e encaminhadas ao MEC (Ministério da Educação).

A discussão foi parar no STF (Supremo Tribunal Federal) nas mãos do ministro Luiz Fux, que negou a continuação do mandado de segurança contra a obra, alegando que o STF não tem



Carla Abreu

Livros de Lobato são conhecidos por todas as gerações

competência para julgar os atos pertinentes ao Ministério da Educação. Este decidiu manter a liberação do livro, sem a nota explicativa.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os defensores das alegações contra as obras lobatianas propõem notas explicativas contextualizando o leitor sobre a linguagem e visão de mundo da época. Já quem é contra a medida alega que isso é uma forma de censura e nas palavras de

João Ceccantini, especialista no autor e professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp): “Estão querendo ler o passado com o olhar do presente, propagar um analfabetismo histórico que é antiliterário por excelência”.

Editoras como a Companhia das Letras tiveram a iniciativa de reescrita dos livros, como “Reinações de Narizinho”. Organizado por Marisa Lajolo, a nova versão inclui diálogos, no decorrer do livro infantil, com explicações

sobre o período escravocrata da época. Essa seria uma alternativa de recuperar a obra e distanciá-la de uma possível influência na formação dos pequenos leitores. As perguntas aparecem logo após as frases racistas, como “negra de estimação”, e, logo em seguida, apresentam um personagem ilustrativo, que ressalta o pensamento preconceituoso da época, alegando que, atualmente, a ação é, além de inadequada, criminoso.

Diante das divergências opinativas, a professora Bruna Kalil, graduada no curso de Letras e mestranda em Literatura Brasileira pela Universidade Federal de Minas Gerais, diz que a sua opinião é simples: “Ele era racista sim, pregava extermínio dos negros, como é muito claro em vários de seus livros, como ‘O Presidente Negro’, uma espécie de síntese da sua proposta racista de mundo. Isso significa que a sua obra é importante para entender o pensamento racista eugenista do período.”

Bruna explicita uma alternativa sobre o caso da leitura infantil: “Se for obri-

gatório trabalhar com ele, é muito importante que o (a) professor (a) use a obra para discutir o racismo e o preconceito do século XIX/XX. Não é mais possível lê-lo ignorando esse fato. Mas, caso não seja obrigatório, sou muito mais a favor de abordar o assunto com obras mais contemporâneas, de preferência escritas por autores negros”.

Para ela, “apagar” Lobato da história é impossível e nem interessante de se fazer. “Precisamos lembrar sempre que pessoas como ele existiram para que isso não aconteça novamente. O que podemos fazer é lê-lo considerando o seu racismo e analisando como ele se expressa esteticamente”, afirma Bruna. Ela procura, sempre que possível, dar preferência a autores negros. Faz o mesmo em relação às mulheres e outras minorias. “Não vou deixar de ler homens brancos mas, claro, apontando sempre o sexismo ou homofobia do texto, mas prefiro sempre ler as minorias”, diz.

Mesmo com as polêmicas, é preciso lembrar que, com a presença de suas obras, os pequenos leitores puderam e ainda podem descobrir a alegria de uma boa história literária e aproveitar os benefícios desse hábito, como o desenvolvimento do senso crítico, estímulo à imaginação, conhecimento do folclore brasileiro e o cultivo da curiosidade da criança.

Clube Leia Mulheres prestigia obras literárias femininas

Dara Russo,
Júlia Portilho,
Letícia Anacleto
1º período

Mensalmente, em um círculo de discussão no Sesc Palladium, localizado na região central de Belo Horizonte, reúne-se o clube “Leia Mulheres.” Criado em março de 2015, por Juliana Gomes, Juliana Leuenroth e Michelle Henriques na cidade de São Paulo, o projeto consiste na leitura e valorização de obras de autoras. Inspiradas pela hashtag “readwoman2014” (leia mulheres 2014) da escritora britânica Joanna Walsh, essas três mulheres contataram amigas e expandiram os horizontes do clube do livro, que hoje existe em 25 estados brasileiros, além de Portugal.

Em setembro de 2015, Olívia Gutierrez, professora de história e mediadora do clube, trouxe a iniciativa para a capital mineira juntamente com Mari Castro, mestranda em Ciência Política. Mari conta que, antes mesmo do clube, já estava engajada em um projeto pessoal para ler somente autoras durante um ano, após perceber o quanto a leitura delas, de modo geral, é limitada. Foi essa iniciativa que chamou a atenção de Olívia, juntas, há três anos e meio, buscam dar maior visibilidade à mu-

lher no mercado editorial, além de promover a discussão de temas como igualdade racial, gênero e sexualidade a partir da leitura de diversos gêneros literários.

“O cânone literário, ou seja, o que é referência, é todo formado por homens”, ressaltam elas. “Homens brancos, cisgêneros, heterossexuais, de determinada classe social e do hemisfério Norte”. Mari diz que, com seus horizontes de leitura ampliados, hoje tem a preocupação de ler pelo menos 50% de obras escritas por mulheres em sua vida pessoal, além de buscar por títulos escritos por alguma representante de diversidade étnica. Já a escolha dos livros para o grupo é feita, ao fim de cada reunião, por meio de uma votação de títulos pré-selecionados pelas mediadoras.

As reuniões não se restringem somente aos encontros mensais: as redes sociais proporcionam maior interação entre as leitoras, servindo de espaço para ampliar discussões e relações interpessoais. “Não é uma obrigação, é um momento de lazer, de incorporar outras perspectivas de leitura”, diz Vanessa Camila, jornalista e membro do clube. Ela comenta que participar do projeto a influenciou a buscar outros similares. Homens

também podem participar dos encontros, porém raramente aparecem. “Seria muito legal se eles viessem, principalmente para escutar, mas também para participar com outro olhar”, diz Olívia. “Mas um olhar sempre respeitoso, uma fala sempre respeitosa”, acrescenta.

MERCADO EDITORIAL

O projeto é de grande importância para a visibilidade da mulher no mercado editorial. Olívia acredita que, atualmente, vivenciam-se grandes melhoras nesse aspecto e ainda lembra que a abertura desse espaço não se deve creditar apenas às autoras, mas também às mulheres que trabalham “por trás dos bastidores”, sejam elas envolvidas no processo de edição, tradução sejam na divulgação. “Mas não quer dizer que tudo são mil maravilhas”, indica. “Quando escritoras falam sobre um assunto que é considerado ‘de mulher’ – a vida doméstica, por exemplo – é ‘para mulheres’, é literatura de menor qualidade, literatura de nicho”.

O clube tomou proporções tão grandes nesse aspecto que, hoje, lança seu próprio livro homônimo, por meio da Editora Pólen. A obra, cuja pré-venda teve início no dia 26 de março, é uma coletânea

de contos escritos por participantes e mediadoras de todo Brasil, além de convidadas e das ganhadoras das edições de 2017 e 2018 do concurso literário Sweek Brasil. O feito é ainda mais notável quando se considera que a primeira obra escrita por uma mulher no Brasil, o romance Úrsula (1859), de Maria Firmina dos Reis, foi publicado mais de cinquenta anos depois de *Marília de Dirceu* (1812), do poeta Tomás Antônio Gonzaga, primeiro livro a ser publicado no país. Além disso, o título só pôde ser publicado sob um pseudônimo masculino.

A ocultação ou até mesmo a total mudança dos no-

mes de autoras em um livro eram práticas muito presentes nos séculos XIX e XX. Como exemplo nem tão distante, tem-se a célebre autora da saga *Harry Potter* (1997), Joanne Rowling que, para ter seus livros publicados, teve que ocultar seu primeiro nome. Ela assina, desde então, todas suas obras como J.K Rowling e conta, em uma entrevista à rede televisiva norte-americana CNN, que a sugestão para a mudança veio de seu editor, que não acreditava que meninos leriam livros sobre as aventuras de um bruxinho, se escritos por uma mulher.

Segundo Olívia, esconder nomes ou usar pseudônimos

na publicação de um livro, felizmente, é algo bem antigo. Ela acrescenta que o que fortaleceu o fim do encobrimento dos nomes femininos foram iniciativas como a do clube: mulheres que se encontravam e falavam sobre isso, incentivando umas as outras a escrever e ler mais obras de autoria feminina, focando sempre no coletivo.

Na última reunião do grupo, dia 20 de março, o título discutido foi “Terra das Mulheres” da norte-americana Charlotte Perkins Gilman. A obra de ficção, que data dos primórdios do século XIX, é considerada revolucionária para sua época.

Paula Santana



Mulheres reúnem-se no Sesc Palladium para discutir obras femininas

Cortes ameaçam o Valores de Minas

Após corte de verbas pelo governo do estado de Minas Gerais, projeto educacional voltado para pessoas de baixa renda pode deixar de existir



Carla Abreu

Douglas Henrique se indigna com o descaso do governo

Ana Thereza Eller
Fabíola Duarte
1º período

O projeto Valores de Minas beneficiou 800 alunos apenas no ano de 2018, oferecendo-lhes cursos técnicos e aulas livres na área artística. Criado em 2005, vem enfrentando dificuldades, como diminuição de verbas para alimentação e transporte público, desde 2015. Os alunos

do técnico já iniciaram o ano letivo enquanto os alunos do curso de artes livres ainda não.

O Valores de Minas oferece aos estudantes de escolas públicas de 14 a 24 anos, através do Centro Interescolar de Cultura, Arte, Linguagens e Tecnologia (Cicalt), aulas de Artes Visuais, Circo, Dança, Música e Teatro. Os alunos podem fazer um

curso técnico, que é certificado pelo Ministério da Educação (MEC). Já a opção de Artes Livres é dividida em três módulos complementares.

O aluno Glaucio de Oliveira (21) acha que o Valores de Minas ajuda na formação cidadã dos jovens, incentivando as questões políticas e sociais. Os alunos se mobilizaram no movimento Fica Valores, fazendo

manifestações em frente à Assembleia Legislativa e conversando com uma assessora da ALMG para tentar solucionar o problema. Houve a proposta de diminuição de gastos do transporte. Está sendo discutida uma proposta de meio passe e/ou passe livre

PRIORIDADE

Douglas Henrique Silva Santana (22) afirma que, se o programa acabar, o que resta para os jovens da periferia é a criminalidade, tráfico de drogas e agressão policial. "Para onde a galeira do morro vai? Para a cadeia", lamenta ele. O aluno se indigna com o fato de ter que negociar com o governo o investimento que já é deles por direito. Ele quer saber onde o dinheiro que foi tirado do projeto está sendo investido.

O Valores de Minas tem tanta importância

para os alunos quanto para o meio artístico, pois muitos deles conquistam uma posição nesse meio e, dessa forma, ativam a economia brasileira. Na visão dos alunos, o projeto não deve ser considerado como um gasto para o governo e, sim, um investimento para o futuro do Brasil. Além da carreira artística, eles podem se formar no curso técnico e ser professores da área escolhida. Por isso, o governo precisa investir na educação pública e técnica dos jovens à margem da sociedade brasileira para a diminuição da criminalidade.

Indiane Gregório (23) comenta que o ensino de qualidade no Brasil é elitista, e o Núcleo Valores de Minas oferece capacitação para pessoas que não possuem condições de pagar por uma educação de alto custo. Ela ressalta que os jovens do programa fazem sua parte ao bus-

car aprimorar seus conhecimentos e ter uma graduação.

A Secretaria de Educação do Estado (SEE MG) enviou uma nota ao MARCO, informando sobre os problemas financeiros do estado. "Diante da extrema precariedade da situação financeira do Governo de Minas Gerais, a fim de ser possível cumprir seus compromissos com a folha de pessoal e com os municípios, o Estado se viu obrigado a rever algumas prioridades", afirma o texto.

A reportagem também contactou os coordenadores e professores do projeto, mas eles disseram que não poderiam dar entrevistas sobre a falta de verbas, por não terem autorização da Secretaria de Educação diante do contrato acordado entre as partes.

Festa de St. Patrick já é tradicional na capital mineira

Maria Lúcia Passos
1º período

Com o passar dos anos, as águas de março foram se tornando verdes: no mês que representa o fim do verão, comemora-se, também, com a Irlanda, o St. Patrick's Day. No dia 17 de março, a cerveja e o verde simbolizam a celebração irlandesa que vem sendo absorvida na cultura brasileira. A capital mineira se destaca do resto do país com um evento que já faz parte do cronograma belo-horizontino e chegou através de uma tradição do rúgbi.

São Patrício foi um missionário cristão, conhecido por seu jeito cativante de evangelizar. Com o trevo de três folhas, explicava para os pagãos irlandeses o conceito da Santíssima Trindade. Ele ajudou a unificar o país, tornando-se santo padroeiro da Igreja Católica na Irlanda. No St. Patrick's Day, as pessoas desfilam pelas ruas com roupas

verdes e fantasiadas de Leprachauns (gnomo do folclore irlandês), em homenagem ao santo.

Em BH, o St. Patrick's Day surgiu por iniciativa do BH Rugby, clube de rúgbi da cidade. No esporte, existe o Terceiro Tempo, que é uma confraternização depois do jogo. Em campeonatos profissionais, até mesmo nos internacionais, o Terceiro Tempo é exigido. Nesse contexto, o BH Rugby queria fazer uma festa para se comunicar com os estrangeiros do clube. Junto a isso, o time se identificou com a mensagem de união e camaradagem do São Patrício e com a farra da festa irlandesa. "A cultura do rúgbi está muito ligada com a da cerveja e a do St. Patrick's também", afirma Filipe Gibran, presidente do BH Rugby.

ENVOLVIMENTO

A primeira festa em BH aconteceu em 2007, sendo voltada apenas à família do BH Rugby.

Em 2011, foi organizado um evento de rua para 10 mil pessoas e, no dia, o time se espantou com a multidão verde que dominou a Av. Getúlio Vargas: 50 mil pessoas participaram da festa, de acordo com a multa que receberam da Polícia Militar, por desrespeito ao alvará inicial. Fora a cerveja, o BH Rugby valorizou também o lado cultural, com tocadores de gaita de fole e os leprachaun, que trazem a Irlanda à memória.

O St. Patrick's Day do BH Rugby inaugurou uma moda de festas na capital e, hoje, milhares de bares, pubs e boates aderem à ideia, sem, necessariamente, se ater à essência original de São Patrício. Entretanto, o St. Patrick's Day da Savassi manteve a tradição, apesar de o time não estar mais à frente do evento. Neste ano, pela primeira vez, houve o envolvimento direto do Consulado Geral da Irlanda-SP e da Culture Ireland (Agên-

cia do Estado Irlandês).

A festa contou com atrações especiais, diretamente da Irlanda, como a banda Comhaltas Ceoltóirí Eireann, que apresentou uma música celta, tradicional, de qualidade. Além deles, apresentaram-se grupos como o Lurex (Queen Cover) e o Hocus Pocus (Beatles Cover). "A ideia é que o St. Patrick's, que nasceu com o motivo de beber cerveja, vire uma festa genuinamente irlandesa", disse Leonardo So-

ares Alves, sócio-proprietário do Duke 'n' Duke e produtor do evento.

O que diferencia o St. Patrick's da Savassi das outras festas é que ele tem um viés beneficente. Neste ano, alimentos foram arrecadados e entregues à Força do Bem, um grupo de voluntários que leva doações às instituições carentes. Com o evento, foram arrecadadas sete toneladas de alimentos. Além disso, em parceria com a Respira Mais, consultoria ambiental, o

evento buscou neutralizar as emissões de gases de efeito estufa emitidas durante a festa, por meio do plantio de árvores.

A festa visa envolver os jovens e dar espaço para a família inteira aproveitar. O cônsul irlandês, Barry Tumelty, disse que a celebração belo-horizontina é a melhor que ele conhece no Brasil. A comemoração não é só uma farra de chope verde, é uma festa que busca a harmonia das pessoas em um sentimento único.



Maria Lúcia Passos

Tradição irlandesa atrai multidão em BH

Intervenção de famílias prejudica ensino escolar

Após eleições de 2018, temas transversais abordados em sala de aula chamam atenção de pais

Gabriella Lodi
1º Período

As eleições de 2018 foram marcadas por forte polarização de opiniões, o que se refletiu na educação das crianças e jovens. Alguns pais, principalmente com filhos em instituições particulares, vêm questionando muitos assuntos tratados em sala de aula, principalmente os “temas transversais”, que envolvem o respeito à comunidade LGBTQ+, aos deficientes, as questões de equidade de gênero, diversidade, dentre outros. As escolas, que antes deveriam se preocupar com assuntos como bullying e vestibular, agora precisam dar atenção, também, aos questionamentos dos pais.

“Eu não sou contra nada que está dentro da realidade, eu só não acho legal, porque toda vez que vai fazer esse debate o professor é tendencioso. Eu não sou contra o debate, mas sou contra a atuação tendenciosa de professores”, afirma uma mãe que

preferiu não se identificar. Segundo ela, temas como o aborto ou política são problemáticos para tratar em sala de aula. Por isso defende propostas como a Escola Sem Partido, a intervenção dos pais na educação e, até mesmo a vigilância por meio de câmeras de segurança: “A Escola Sem Partido é para evitar essa postura tendenciosa de professores. É aquele ditado: ‘quem não deve, não teme’”.

Por outro lado, Eliara Santana, jornalista, doutoranda em Estudos Linguísticos e mãe, é contra a interferência de pais no projeto pedagógico. Ela acha que proposições como a Escola Sem Partido e a filmagem de professores são um absurdo: “A proposta é para moldar o pensamento, podar a criatividade e matar o senso crítico. Como podemos pensar num ambiente saudável com o estímulo a que os estudantes filmem os professores, porque, supostamente, estão “doutri-

nando”? A escola deve ser um terreno fértil e pleno de conhecimento, um espaço para liberar o pensamento, instigá-lo. Moral e religião são questões de foro íntimo. Não podem embasar políticas educacionais”.

VALORES

Segundo Renata, coordenadora de uma instituição particular, a função primária da escola é ensinar conteúdos acadêmicos, mas ela tem se voltado, também, para a questão do respeito, dos valores, das normas e atitudes socialmente desejáveis. Por isso, são comuns aulas com debates voltados aos temas transversais, que abordam a ética, a orientação sexual, o meio ambiente, a saúde, o trabalho, a cidadania e a pluralidade cultural. Esses temas, segundo ela, devem ser abordados de forma neutra, sem levantar bandeiras políticas ou ideológicas, visando-se despertar o senso crítico do aluno.

A coordenadora expli-

ca, também, que, na verdade, os pais têm acesso ao que o filho está aprendendo, mas não interferem no planejamento das disciplinas. O conteúdo pedagógico é elaborado a partir da grade curricular obrigatória do Ministério da Educação, supervisionado pela Secretaria de Educação e adaptado à identidade de cada escola. Além disso, com o avanço das redes sociais e da internet, a facilidade e rapidez da comunicação entre alunos e pais, a intervenção no processo educativo foi intensificada. “As vezes eu recebo e-mail de reclamações de pais antes mesmo da aula acabar ou de eu mesma ficar sabendo do que aconteceu”.

Já na visão de algumas professoras de uma instituição particular, a maior dificuldade da comunicação entre professores e pais está na diferenciação entre opinião e conhecimento científico didático. “Eu acho que a gente tem que tomar cuidado com



Estudantes devem conviver com o debate ideológico

o conhecimento, tratá-lo do jeito que ele merece, mostrar tudo, apresentar tudo e não tomar partido. Mas a gente não está aqui pra tomar partido, essa é a questão. Então quando os pais vêm reclamar e a gente mostra o conhecimento, que é científico, que é documentado, isso perde força; eles não dão conta de sustentar a crítica que é muito superficial.” Elas afirmam que mesmo com propostas como a Escola Sem Partido, a maior parte dos alunos quer continuar discutindo temas, como política.

Aerton Silva, professor e diretor do Sinpro (Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais), mostra que no contexto pós-eleitoral o processo de

intervenção foi intensificado. “Logo após a eleição, principalmente, nós tivemos inúmeros professores que vieram aqui, eles se sentiam ameaçados. Muitas vezes, pais e alunos entravam nas redes sociais dos professores e viam que eles eram contra o Bolsonaro e iam às escolas querendo a dispensa desses professores.” Por fim, ele acrescenta que propostas como Escola Sem Partido são impensáveis para o processo educacional, que é necessário promover debates nas escolas para desencadear o pensamento crítico nos alunos. “É na escola que criamos para os alunos condições para desenvolver seu senso crítico; se não for lá, onde ele vai desenvolver isso?”.

Ideias libertárias de Paulo Freire incomodam conservadores

Ana Caroline Barboza
Renata Maria Silva
1º período

No dia 28 de abril comemora-se o Dia Nacional da Educação e, quando se fala em educação, uma referência é o pedagogo e filósofo Paulo Freire. Sendo o brasileiro mais homenageado da história, Paulo Freire foi declarado Patrono da Educação Brasileira e ganhou o prêmio Unesco da Educação para Paz em 1986. Ele começou sua carreira educativa no Brasil e com o golpe militar de 1964 exilou-se no Chile. Nasceu em 1921, no Recife, e formou-se em Direito, porém, ao ter contato com camponeses e operários pernambucanos, resolveu se dedicar aos estudos da filosofia da linguagem.

Paulo Freire é autor de uma proposta de conhecimento libertadora, voltada para a humanização e uma pedagogia que parte da realidade do aluno, para levá-lo a entender a complexidade da vida. Foi um revolucionário em seu modo de pensar e propor

o ensino numa perspectiva de educação popular, visando remover o analfabetismo, também, político.

A coordenadora do curso de Pedagogia da PUC no Coração Eucarístico, Sheila Brasileiro, acredita que a maior inovação de Paulo Freire foi no modo de alfabetização, não pelo método, mas pela forma de inseri-la no contexto do aluno: “Ele ia trabalhar com operários da construção civil, então começava as atividades com eles através do levantamento de palavras geradoras. As palavras precisavam ter sentido para eles, se era um pedreiro, então ele ensinava a ler a partir da palavra tijolo”.

Apesar de ser o autor brasileiro com mais livros traduzidos no mundo sobre educação, seu trabalho não foi muito bem reconhecido no Brasil. Alvo de críticas, Paulo Freire é interpretado por muitos como um doutrinador. Uma das promessas de campanha do presidente Jair Bolsonaro foi “abolir Paulo Freire do Ministério da Educação”. O professor de pós-gradu-

ação em educação Teodoro Adriano Zenardi ressalta que a educação brasileira está longe de ter influência freireana: “Muita gente prega que o sistema brasileiro é ruim por causa de Paulo Freire, mas é exatamente o contrário: é ruim porque nunca observou os ensinamentos dele”.

O projeto de lei Escola Sem Partido, de autoria do deputado federal Izalci Lucas (PSDB), é uma das maiores afrontas ao trabalho de Paulo Freire. Isso

porque, segundo o pensamento freiriano, a educação é um ato político, mas não um ato partidário, portanto o diálogo é visto como forma de desenvolver a democracia. Para Freire, ensinar era estimular o aluno a ler o mundo, ou seja, formar o senso crítico sobre quem o indivíduo é e o meio em que ele vive. O professor Teodoro Adriano acredita que o projeto da Escola Sem Partido se esconde atrás de uma ideologia para dizer que

as instituições de ensino não podem ser ideológicas, enquanto Paulo Freire entendia que a escolha do conhecimento que vai ser escolarizado e distribuído pela escola já é ideológica.

HERANÇA

A ONG Instituto Paulo Freire foi inaugurada no dia 21 de abril de 1991. Seu principal objetivo é reunir pessoas e instituições que, movidas pelo propósito de uma educação humanizadora e transformadora, possam aprofundar suas reflexões e melhorar suas práticas. A instituição publicou uma nota sobre a ameaça de eliminar Paulo Freire do sistema educacional brasileiro na qual pontua que não é a primeira vez que o trabalho do educador é ameaçado. Na nota, a ONG também se manifesta em defesa do legado freiriano como parte da luta pela democracia e pela liberdade de ensinar e aprender: “A liberdade é um princípio de toda educação e o ofício de ensinar, uma conquista da humani-

dade. Sem democracia não há aprendizagem. Intimidar professores é negar ao povo o direito à educação”.

Paulo Freire recebe homenagens de escolas que procuram adotar seus ensinamentos. A diretora e dona do Colégio Paulo Freire, de Belo Horizonte, Maria Adair Batista, é uma admiradora do trabalho dele: “Eu não queria ser professora, mas através de palestras e dos livros dele eu me apaixonei, passei a acreditar na educação do País. A partir daí ele foi minha inspiração para começar a pensar na mudança educacional.”

A influência do educador no ensino de jovens e adultos revolucionou a história da educação e trouxe esperança para milhares de pessoas, visto que ele tinha como foco o ensino horizontal, em que o aluno não é apenas um receptor, mas parte do conhecimento. Mantendo-se vivo em seu legado, Paulo Freire ainda inspira muitas pessoas que sonham com uma educação libertadora.



A obra de Paulo Freire tem sido questionada

Arquivo Instituto Paulo Freire

Regulamentação da profissão de jornalista completa 50 anos

Apesar da não exigência do diploma, profissionais acreditam que a regulamentação alterou a forma de fazer Jornalismo

João Pedro Junqueira
Maria Clara Dias
5º e 1º períodos

Você, futuro jornalista, sabe que a sua profissão já é regulamentada desde 1969? Agora, depois de 50 anos, a categoria incrementa discussões sobre a necessidade de revisão do Decreto-Lei que disciplinou o assunto. Jornalistas profissionais, professores e dirigentes do sindicato argumentam que muita coisa mudou neste tempo e é necessária a atualizações das normas legais a respeito do exercício profissional. Querem, também, rever uma das mudanças mais polêmicas que ocorreu há dez anos, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) aboliu a necessidade de ter diploma de curso superior para o exercício da profissão.

Para Carlos Alberto Cândido, jornalista e assessor do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais (SJPMG), “A regulamentação foi muito importan-



Carlos Cândido cita a importância da regulamentação para a valorização da profissão

te para que não degradar a profissão como está acontecendo hoje com o Jornalismo, permitindo que qualquer um possa trabalhar na área. Isso é um absurdo. As normas existem para que a sociedade possa fiscalizar e para que haja uma formação adequada do profissional, marcada por princípios éticos”.

Antes da regulamentação, o jornalismo era um ofício provisório e transitório. Em geral um trampolim para cargos pú-

blicos, políticos, ou para um espaço na literatura, através da publicação de livros. Para muitos, a profissão representava uma fonte extra de renda e não algo que merecia dedicação integral. O Decreto-lei 972/69 foi importante para a oficialização da profissão e para a valorizar o curso superior.

A atividade do jornalista e as formas do Jornalismo têm sofrido mudanças com a digitalização dos meios de comunica-

ção, e não há, ainda, uma regulamentação específica sobre a atuação do jornalista para as plataformas digitais. O professor Mozahir Salomão, de pós-graduação em comunicação social e em graduação de jornalismo na PUC Minas, acredita que a revisão do decreto-lei é urgente: “Ele está defasado por muitos motivos, mas, em especial, pela chegada da web, na década de 1990, e das redes sociais digitais, no início dos anos

2000”. O professor ressalta, ainda, que a chegada do Youtube, Facebook, blogs, sites e portais trouxe a figura do produtor de conteúdo, muito importante no cenário da comunicação, que espelha o que é o novo jornalista.

Dentre mudanças e transformações nos últimos tempos, o jornalista e professor, Marcelo Freitas diz o que é preciso para ser um bom jornalista: “É necessário ser muito bem informado. O jornalista que não é bem informado não cava o seu espaço. Ainda mais hoje, quando cabe ao jornalismo explicar melhor a realidade para as pessoas e, ao mesmo tempo, dar informação. Nesses casos, em que o conteúdo seja bom e denso, ganha o jornalista que é bem informado, que sabe fazer conexões de tempo e espaço e que sabe contextualizar as informações. Ele precisa entender o mundo ao seu redor, isso dá a ele mais credibilidade”.

Desde 2009, não é mais necessário ter o diploma de jornalismo para exercer a profissão. Para acabar com esta exigência, os ministros do STF alegaram que a regulamentação da profissão, feita na ditadura, visava, com esta medida, impedir o acesso de intelectuais contrários a eles às páginas dos jornais e, ao rádio e à TV. Ou seja, era uma forma disfarçada de impedir, intelectuais sem o diploma de jornalismo, tivessem cesso aos jornais, rádio e TV para expor suas idéias. O STF assegurou que este conteúdo presente no decreto-lei, era incompatível com a Constituição de 1988.

SEM DIPLOMA

Mesmo sem a obrigatoriedade do diploma, ele não deixou de ser levado em consideração pelas empresas de comunicação. De acordo com Marcelo Freitas, os grandes veículos ainda o requerem. “A não exigência do diploma existe na periferia do exercício do jornalismo. Mas, no núcleo, que são os veículos tradicionais, como os jornais impressos e televisivos, exige-se o diploma. Além dos portais de notícia, caracterizados como produto jornalístico, que também o exigem”. Freitas concorda, porém, que o decreto precisar ser modernizado.

Jornal MARCO é sempre parceiro das lutas comunitárias



Humberto diz que o MARCO ajudou nas conquistas da região

Gabriel Molnar
2º período

Quem mora no Coração Eucarístico e adjacências, sabe que o MARCO nestes seus 46 anos de história, foi parceiro constante da comunidade local nas lutas por melhorias do bairro e se seus vizinhos. Ele deu visibilidade às lutas dos moradores do COREU, Dom Cabral, João Pinheiro, Minas Brasil, Padre Eustáquio e Vila 31 de Março. sempre que seus moradores precisaram. Uma das maiores conquistas para a região foi a construção da passarela

sobre a BR-262, trecho do Anel Rodoviário, onde vários pedestres corriam risco de morte ao atravessar a via. Até hoje, o MARCO acompanha as reivindicações dos moradores que vivem na região.

Produzido pelos alunos do curso de jornalismo da PUC Minas, o jornal-laboratório não restringe suas pautas à Universidade. Também aborda assuntos ligados à cidade e de interesse nacional, como a reforma da previdência e as decisões do governo estadual em relação à comunicação pública. Na edição de abril de

1975, o MARCO denunciou a multiplicação de mortes oriundas da duplicação de vias na BR-262. Na edição de setembro de 1977, o jornal voltou, de forma mais incisiva, a abordar o tema. Em maio de 1980, ele destacou a exigência dos moradores da Vila 31 de Março por uma passarela, a fim de evitar mais mortes. Já na publicação de abril de 1985, o jornal noticiou que a passarela estava sendo construída. E, por fim, na edição de agosto de 1985, o MARCO anunciou que ela estava pronta.

Humberto Perez, aposentado, é ex-morador do bairro Dom Cabral. Ele mudou-se para o bairro em 1979 e, em 1980, fundou a associação de moradores. Perez foi o primeiro presidente da entidade e manteve-se no cargo por dois mandatos. Ele tem bastante apreço pelo MARCO e o lê desde o dia em que se mudou para a região, mesmo morando em outro bairro. De acordo com Perez,

o MARCO servia à comunidade, não só prestando informações, mas também exercendo pressão sobre o poder público. “Quando íamos a algum órgão público, nós levávamos o jornal e o usávamos como instrumento para demonstrar que as suas ações no bairro teriam reflexos, seriam de conhecimento público”.

Em sua primeira gestão, as ruas do Dom Cabral eram de terra. “Aquilo trazia muito transtorno; no verão era uma poeira insuportável e, na época da chuva, surgia barro que dificultava a mobilidade”, relembra Perez. Os moradores, com o apoio do MARCO, conquistaram o calçamento de todas as ruas. Foi acordado que a Prefeitura compraria os materiais para a construção das ruas de pedra e os moradores se dividiriam para pagar a mão de obra.

O professor Ércio Sena, da Faculdade de Comunicação e Artes, sucedeu Perez na presidência da Associação de Moradores do Dom Cabral durante três

mandatos. Ele mora no bairro desde que tinha um ano de idade. “Na minha primeira gestão nós conseguimos, juntamente com o MARCO, fazer a construção de uma praça no espaço no entorno da igreja”, disse, ressaltando a mobilização em prol da reforma da Praça da Comunidade.

O MARCO tinha uma caixa de sugestões posicionada em vários pontos da comunidade. Nela, os moradores e comerciantes da região depositavam suas propostas e opiniões, e, a partir disso, os repórteres discutiam as pautas para o jornal. Ércio conta que esse movimento aproxima-

va o MARCO da comunidade, fazendo-a sentir-se representada nas edições.

Sena, em seu segundo mandato, promoveu na comunidade o evento cultural Dias Melhores Verão, na década de 80. Nesse mesmo período, a Aids surgiu, e a associação convidou o Grupo de Apoio e Prevenção à Aids (Gapa) para discutir sobre o tema. Esse foi o primeiro debate sobre a doença em Belo Horizonte. O evento contou também com uma partida de vôlei de que participaram pessoas portadoras da doença autoimune. O jornal divulgou tudo.



Ércio Sena morou no bairro Dom Cabral durante sua infância

Ciclismo cresce em Belo Horizonte

Ciclistas promovem sustentabilidade, empreendedorismo, cultura e integração com a cidade

Mariana Lage
Letícia Alves
1º período

A atual emergência das questões sobre sustentabilidade e qualidade de vida levou vários belo-horizontinos a trocarem seus carros pelas bicicletas. O ciclismo em BH cresceu, no ano passado, cerca de 16%, segundo a Associação dos Ciclistas Urbanos. Além da alternativa ao trânsito por vezes caótico, o ciclismo possibilita perspectivas de empreendedorismo e arte na capital mineira.

João Elias, curador da loja-galeria Espaço 670, utiliza a bicicleta como meio de transporte no dia a dia, deslocando-se de casa até o trabalho e vice-versa, há cerca de quatro anos. O relevo de BH não facilita muito o deslocamento, mas a geografia não é o suficiente para inviabilizar essa prática. “O meu caminho de volta pra casa do trabalho é penoso, mas a bicicleta me dá uma sensação muito boa de liberdade. Eu me sinto bem quando vou de bicicleta. Muda meu dia. Pedalando, você observa coi-

sas que não veria dentro de um carro. Além disso, te permite economizar dinheiro, deixando de gastar com gasolina, e contribuir para diminuir o trânsito e a emissão de gás carbônico”, diz Elias.

A cultura do ciclismo cria uma certa comunidade e humaniza a locomoção pela cidade. “Acho que tem aumentado muito o respeito e, quanto mais pessoas andarem, mais visibilidade, preocupação com o ciclista e conscientização teremos”, afirma ele.

Quando questionado sobre como tudo começou, João conta: “Tenho um grande amigo que andava de bicicleta com uma turma de jovens, que começou a se reunir com um cunho ativista, cicloativista. O Bloco da Bicicletinha, hoje mais famoso, também surgiu em cima disso. Como o ciclista não é respeitado, essa galera pedalava, nas ruas ou nas calçadas, tentando impor algum respeito”. A turma de ciclistas da qual João Elias fez parte também praticava Bike Polo, na Praça JK, no Sion, e se encontra-

va em várias oficinas pela cidade. Eles faziam o “happy hour” enquanto alguns consertavam suas bicicletas.

Em relação à segurança, Elias opina: “Acho a ciclovias até pior, porque você acha que tá no local certo, então fica distraído, mas chega uma pessoa na sua frente, usando o celular ou com fone de ouvido e você precisa gritar pra ela sair. Então, como há pouco respeito, às vezes é mais confortável ficar na rua, porque lá você já sabe como vai ser tratado e as pessoas ficam mais atentas.”

CULTURA

O projeto Pedalando Pelos Muros, criado em 2016 pela ONG Instituto Amado, é um curso que reúne ciclistas para percorrerem pinturas urbanas na cidade. Um de seus idealizadores, diretor de conteúdo e curador do Instituto Amado é Bernardo Biagioni, formado em Jornalismo pela PUC Minas e pós-graduado em Artes Plásticas e Contemporaneidade pela Escola Guignard. “O Pedalando é uma conexão entre duas grandes paixões: pedalar e ver arte. A cidade é um espetáculo sem hora marcada, e os seus muros contam uma narrativa. Há certo misticismo da pintura urbana, então o curso foi uma maneira de conectar essa narrativa com a perspectiva do ciclismo”, afirma Biagioni.

Os participantes têm a experiência de conhecer a arte urbana pela ótica do ciclista, mais próximo dos murais e painéis. O maior

impacto social do projeto, segundo Biagioni, é ressignificar um espaço urbano. “Reimaginar a cidade para além do campo utilitarista, criar uma cidade imaginária, uma cidade lúdica, uma cidade poética. Ele realmente aproxima as pessoas desse universo artístico e elas saem do curso muito felizes de ter conhecimento de como aquilo é feito, e a cidade passa a ser vista com mais nutreite, mais humor e mais carinho”, diz.

Em vista do aumento do ciclismo na capital, Biagioni comenta: “Acho que se até 2010 se falasse em bicicleta enquanto mobilidade em Belo Horizonte ninguém acreditava. Mas é muito importante destacar que a periferia sempre pedalou: quando a gente fala que BH ‘agora’ está pedalando, a periferia olha para isso e começa a rir, porque sempre foi um modal totalmente genuíno deles. Então eu acho que é um fenômeno da classe média, se assumindo enquanto ciclista e trabalhadora que usa a bicicleta como transporte”. No entanto, a bike ainda não é totalmente respeitada, vista apenas como um meio de lazer, principalmente por motoristas que se veem com maior direito do que os ciclistas de ocupar as vias urbanas.

“Pessoalmente, a escolha da bicicleta tem a ver com a sustentabilidade, não só ambiental como corporal. Ela me faz sentir bem com o meu corpo e aproveitar mais a cidade. Acho que a grande característica da bike é redu-



Projeto incentiva debates sobre arte urbana

zir o impacto de presença na Terra: quanto menos impacto ela tem, mais saudável é a pessoa. Quando eu vou de carro para o trabalho, sempre me arrependo, porém quando vou de bicicleta, mesmo que haja um grande gasto de energia, é revigorante”, ressalta Bernardo.

EMPRESA

Um grupo de amigos que pedalava em BH criou a Dizzy Express, uma cooperativa autogestionada que presta serviço de delivery por telefone. “Decidimos atuar mais no dia a dia da cidade com a bicicleta e tirar uma grana através do prazer de pedalar”, conta Mariana Machado, 27, arquiteta e membro da equipe da Dizzy.

Na visão da empresa, a cidade é feita para pessoas e ser ciclo-mensageiro é uma parte disso. A bicicleta, às vezes, é mais rápida que o carro ou a moto, principalmente em horas de rush, e não

causa impacto ambiental. “A gente acredita que estamos construindo uma nova cidade, mais segura e mais justa, menos poluída e com um trânsito mais humano, fluido, amigável e sem estresse.”

Os entregadores, quatro regulares e três esporádicos, utilizam a própria bicicleta, a não ser em casos de emergência ou de entrega de pacotes grandes. Para essas situações, a empresa conta com uma bike que possui suporte para bagageiro, assim, uma carreta pode ser acoplada a ela.

O faturamento é dividido entre os membros. Mariana explica como isso funciona: “Todos os integrantes da Dizzy Express são também donos da empresa, pois somos uma cooperativa autogestionada. Assim, todo o faturamento é dividido entre os membros, proporcionalmente ao número de horas trabalhadas no mês”.



Biagioni é idealizador do projeto “Pedalando pelos Muros”

História de Minas: reconstruir para resgatar

Igor Nonato Fernandes
1º período

Cidades brasileiras, influenciadas pelo período colonial português, são essencialmente representadas pela cultura religiosa católica e comportam, ainda hoje, edificações de templos construídos desde o surgimento das vilas originárias, em meados dos séculos XVII e XVIII. Minas Gerais é o estado com o maior registro de bens declarados como Patrimônio Mundial, pela Unesco, e com expressivos bens tombados pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Desta herança, as igrejas localizadas na Região Metropolitana de Belo Horizonte se tornaram objeto de análise pelo projeto de extensão “Patrimônio” realizado por estudantes do curso de Engenharia Civil da PUC Minas e da Escola de Arquitetura da UFMG, ativo desde outubro de 2017.

A proposta surgiu da oportunidade de ampliar a experiência acadêmica de alunos do Departamento de Engenharia Civil da PUC Minas, e da Escola de Arquitetura da UFMG. As professoras Gláucia Nolasco e Cynara Bremer apostaram em um intercâmbio entre os cursos. “Patrimônio” visa examinar as manifestações patológicas nas igrejas dos séculos XVII e XVIII tombadas na Região Metropolitana de Belo Horizonte. O projeto está sendo realizado pelo se-

gundo ano e o critério para escolha de igrejas evoluiu para o grau de danificações apresentadas na estrutura. A perspectiva estabelecida acompanha a denúncia socioeconômica quanto à manutenção do patrimônio sinalizada pelos alunos participantes. “Durante as visitas em campo, foi possível identificar os problemas que acometem tais construções e a falta de cuidado dos órgãos competentes para sanar as demandas”, analisa Aline Maracahipe Rocha, aluna do 9º período de Arquitetura da UFMG. Clara Castro Menezes, também extensionista, reforça a posição: “A situação das igrejas históricas da Região Metropolitana de BH é péssima na maioria delas. Vimos, através das visitas às igrejas feitas pela equipe do projeto, diversas manifestações patológicas nas construções: trincas, tombamento de estruturas, deslocamento do revestimento, mofo nas paredes, entre outras”.

DESLEIXO

Clara Castro, do 10º período de Engenharia Civil na PUC, alerta: “É grave a situação de algumas delas, mas nada muito distante do que se vê em muitas outras construções patrimônios do Brasil, como museus, casas e monumentos das nossas cidades históricas, que também se encontram em situações de extremo desleixo dos nossos governantes”.

Para o acesso e manutenção da cultura no Brasil, de ordem religiosa ou não, Glau-

cia Nolasco alerta: “É uma área deficiente”. A negligência atestada impulsiona o projeto. As solicitações de intervenções vão aumentar este ano, após a entrega do relatório à Arquidiocese de Belo Horizonte, responsável pela administração das paróquias. O prazo para entrega do relatório é de até dois meses após visitação de no mínimo duas vezes a cada igreja. Para evitar demora nas benfeitorias das estruturas, Gláucia promete convencer a Arquidiocese sobre os prazos a partir dos resultados obtidos nas análises. “Talvez até com prestação de serviços pelos próprios alunos”, sugere a coordenadora.

Na temporada de outubro de 2017 a janeiro de 2018, a assistência a edificações como a Igreja Matriz Nossa Senhora da Piedade, no distrito de Piedade do Parapeba, em Brumadinho, Igreja Matriz de Santa Luzia, em Santa Luzia, e Nossa Senhora do Pilar, em Nova Lima foram bem-sucedidas. Os novos desafios são a obtenção de mais equipamentos para análises e maximização de deslocamento de alunos.

Para isso, o projeto conta com o estímulo de profissionais, a exemplo do coordenador do curso de especialização Patologia, Terapia e Manutenção de Edificações da PUC Minas, Carlos Antônio Camargos d’Ávila. Haverá também o ingresso de novos alunos do curso de Arquitetura e Engenharia Civil da UFMG e da PUC



Igrejas sofrem com descaso público

“A experiência acadêmica dos alunos é o que mais importa”, garante a professora Gláucia Nolasco. O aprendizado entre diferentes competências dos cursos viabiliza o enriquecimento da graduação. Ainda segundo os alunos, para Minas Gerais o projeto Patrimônio é um socorro não só às estruturas, mas ao resgate da valorização histórica do país.

Para 2019, estão definidas seis edificações para inspeção, distribuídas em grande parte entre as cidades de Caeté e Sabará, onde há maior concentração de edifícios com reabilitação urgente. O início das visitas está previsto para maio e as visitas devem acontecer até o mês de novembro.

Centro de Espiritualidade no Coreu preserva ambiente natural e cultural

Obras seguem em ritmo acelerado e espaço ecumênico será referência para alunos e ex-alunos da Universidade

Victor Monteiro
4º período

A vistosa fachada principal da PUC Minas, no campus Coração Eucarístico, está, há alguns meses, parcialmente encoberta por tapumes. Terra, brita, máquinas e caminhões fazem parte do cenário em que alunos, funcionários, comerciantes e moradores da região circulam, enquanto operários trabalham diariamente nas obras do Centro de Espiritualidade, iniciativa que conta com o apoio da Arquidiocese de Belo Horizonte. O Centro deve ficar pronto entre setembro e novembro deste ano.

Previsto para ser um espaço ecumênico de reflexão à luz da fé e da razão, com capacidade para abrigar 450 pessoas, o Centro abrigará também uma sede da Pastoral Universitária, responsável por ações de evangelização, celebrações

e outras iniciativas religiosas no âmbito universitário.

De acordo com o engenheiro civil responsável, Gustavo de Barros, já foi feita a contenção e, atualmente, as obras se encontram em fase final de fundação. Em seguida, serão construídas as partes externas do Centro. “A estrutura será feita com material metálico, necessário para, enfim, possibilitar obras de alvenaria e finalizar a construção.” Conforme Barros, as obras estão apenas com uma semana de atraso, portanto, praticamente dentro do prazo inicial estipulado. Elas começaram em novembro do ano passado.

Segundo o pró-reitor de Logística e Infraestrutura, professor Rômulo Albertini Rigueira, há também um projeto apresentado pela PUC ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) para a revitalização da ilu-

minação frontal e do jardim central da universidade.

O pró-reitor ressalta que todas as unidades da PUC, em Minas Gerais, possuem um Centro de Espiritualidade; faltava, apenas, o da unidade do Coração Eucarístico. Ele afirmou que muitos alunos e ex-alunos poderão procurar a Universidade para realizar, no Centro, seus casamentos, batizados de filhos etc. Será, também, um local em que as pessoas poderão desfrutar de um momento de silêncio e reflexão: “Hoje, muitos estão cada vez mais angustiados, mais ansiosos. É importante ter um espaço em que eles trabalhem sua parte espiritual, como forma de complementar sua formação”.

O professor Rômulo ressalta que a Universidade está passando por um processo de internacionalização e o Centro de Espiritualidade será fundamental para



Obras na PUC avançam rapidamente

colocar a PUC Minas em outro patamar de referência: “Muitas universidades ao redor do mundo têm suas igrejas. Embora o nosso Centro não seja de grande porte, ele é um marco para a identidade cristã e católica da nossa Universidade”.

Horta da PUC troca alimentos orgânicos com seus vizinhos

Kívia Morrana
5º período

Localizada no Campus Coração Eucarístico da PUC MINAS, a Horta Universitária foi criada pelo projeto DCBio Sustentável visando a produção de orgânicos, utilização do espaço como ferramenta pedagógica, e criação e desenvolvimento de tecnologias sustentáveis para replicação com as comunidades acadêmica e externa. A Horta cultiva alimentos sem adição de fertilizantes e agrotóxicos e com a participação de alunos de vários cursos do Campus.

A iniciativa surgiu no departamento de ciências biológicas, mas hoje, é totalmente interdisciplinar, abrangendo vários cursos. Ao todo, 40 extensionista de diferentes áreas utilizam o espaço para atividades. São alunos de engenharias, arquitetura, fisioterapia, enfermagem e teologia. Além de disso, o projeto conta com parcerias firmadas com o departamento de geografia, responsável pela horta e pela área de educação ambiental.

O aluno do curso, Richard Moreira, contou quais são as intenções com a criação do projeto. “Ele surgiu para criar uma agenda ambiental para o campus Coração Eucarístico, além das atividades de educação ambiental pensando na troca de experiências e sensibilização para a temática.”

Richard Moreira também falou sobre o destino dos alimentos cultivados na Horta. “Com a produção, realizamos mensalmente uma feirinha, em formato de escambo. Trocamos as hortaliças por livros, roupas em bom estado e sementes para replicação. O que é arrecadado é doado para outras instituições sociais, como campanha de agasalhos”, explicou.

Anna Luiza Corrêa de Freitas é aluna do 5º período do curso de biologia e participa de atividades no local. A estudante disse que a “a Horta é um espaço é muito importante para os alunos que sempre que precisam de materiais podem encontrar lá, como minhocas e terra. Lá também aprendemos sobre sustentabili-

dade, cultivo de alimentos sem fertilizantes e agrotóxicos e sobre integração social”, disse.

O coordenador da horta, João Roberto de Freitas, conhecido como João da Horta é responsável pela manutenção dos plantios, o que inclui sementeira, cuidados de mudas e colheita, bem como o auxílio aos alunos nas atividades realizadas. João destacou que “A horta é como

um laboratório rico em plantas e insetos onde os estudantes podem conhecer e aprender sobre a natureza e a produção orgânica”.

O aluno do 3º período de jornalismo, Lucas Fritzes usa o local para descansar e comentou como isso acrescenta na sua vida. “Eu vou na horta para espiaçar. O lugar me permite ficar mais próximo da natureza e sentir sua energia. Na correria do dia a dia,

as pessoas se esquecem de tirar um tempo pra si e relaxar, então o espaço faz muito bem pra minha saúde emocional. Eu gosto de conversar e dar carinhos para as plantas, retribuindo tudo que elas nos dão.”

No Instagram, @dcbio_sustentavel, é possível encontrar fotos e divulgação das atividades do projeto.

Evento divulga a música erudita

Bryan Gonçalves
Luiza Moura
4º período

Aconteceu na sexta-feira, 29 de março, no Espaço Cultura e Fé, do campus Coração Eucarístico, o recital dos professores de canto da Escola de Música (Esmu) da Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg). Foi mais uma edição do projeto Sexta de Música Erudita, que leva atrações musicais à universidade, reunindo alunos e professores para apresentações de canto e piano de obras mais representativas da produção de compositores nacionais e internacionais.

A iniciativa é da Secretaria de Cultura e Assuntos Comunitários (Secac) da PUC Minas, da Fundação de Educação Artística e da Esmu e começou na PUC em maio de 2010.

Para Diego D’Almeida, um dos professores da Esco-

la de Música, o evento é uma oportunidade muito boa para os alunos, tanto da Uemg quanto da PUC Minas, entrarem em contato e ficarem mais interessados pela música erudita, que hoje em dia não é tão conhecida nem tão divulgada. “É um tipo de música belíssimo e muito rico. Esperamos alcançar cada vez mais o grande público”, disse ele.

O evento não se restringe apenas ao ambiente da Universidade. Segundo a professora Daiana Melo, os professores

estão sempre desenvolvendo projetos e parcerias com outras entidades para levar-lhes o resultado de todo o trabalho que tem sido feito dentro da escola.

Islei Corrêa é pianista e já tocou na PUC várias vezes sendo, sempre, muito bem recebida. Para ela, este é um projeto extremamente importante para a comunidade acadêmica da PUC, por ser uma oportunidade que os alunos, professores e funcionários têm de contato com a música erudita, muitas vezes vista como elitista.



A horta é verdadeiro laboratório natural para os alunos



Projeto é importante para a comunidade acadêmica

Guto Borges: do rock ao samba

Homem de todos os ritmos, o artista e professor mostra sua pluralidade cultural e “ressuscita” os blocos de carnaval da capital mineira

Paola Mariano
1º período

Ao olhar para Augusto Carvalho Borges, trajando camisa preta de uma banda famosa de rock, com os cabelos pintados de loiro forte e um bigode de estilo Fred Mercury, a gente acha que ele é o típico roqueiro que sobe nos palcos e faz um solo arrasador na guitarra. Mas, ao entrar em sua casa e ver um cômodo recheado de fantasias de carnaval e livros, nos confundimos sobre quem ele é. Roqueiro? Carnavalesco? Professor? A verdade é que ele é um pouco de tudo isso. Músico, historiador, este é o belo-horizontino Guto Borges, de 37 anos.

Ao piano, Guto se revela alegre e cheio de histórias para contar. Ali, em meio a roupas e pequenos objetos do brechó de sua namorada, ele sorri ao lembrar de momentos do início de sua carreira. Aquele prédio repleto de andares vazios é o lar de Guto e sua namorada. Às três horas da tarde, o movimento da rua deixa o ambiente vívido. Lula, o cachorro de Guto, encontrado nas

ruas de Belo Horizonte, no carnaval, também tem como lar o prédio vazio e enche a casa de vida ao pedir carinho sempre que lhe é lançado um olhar.

Ao lembrar parte de sua infância, Guto sorri e fala do pai. Ele conta que costumava acompanhá-lo em viagens ao Rio de Janeiro, às vésperas do Carnaval. O pai, amante da festa, fazia questão de participar da celebração carioca. Engana-se quem acha que ele se contentava em apenas contemplar a passagem das escolas de samba, do alto da arquibancada. O pai de Guto desfilava na avenida pelas cores verde e rosa, da Estação Primeira de Mangueira e, junto, levava o filho para o centro da Sapucaí.

Guto não era o maior fã da festa carnavalesca, mas ficava admirado com todas aquelas cores. Parava na avenida e observava a multidão. O menino de Minas Gerais, estado que não tem praia, ficava perplexo diante daquele mar de gente. E, sentia um vazio, por não ter uma praia onde descansar e um carnaval para se distrair. Ele não imaginava que, um dia, faria his-



Guto mantém um cômodo com fantasias e adereços de carnaval

tória na festa da cidade.

Decidido a montar uma banda e sair pelo mundo fazendo música, o jovem Guto, que lembra o típico adolescente dos filmes da Sessão da Tarde, corria atrás de sua paixão e sonho. Paixão pela música e sonho de fazer dela sustento, de vida, mas também de alma. Nas palavras do próprio artista, “a música é uma experiência que, ao mesmo tempo que me alimenta, é como eu alimento o mundo”. Assim, surgiu a banda de rock “Dead Lover’s Twisted Heart”. Com ela, Guto viajou

pelo Brasil e pelo mundo mostrando seu talento.

De volta a Belo Horizonte, sua cidade natal, após mais uma de suas viagens com a banda, Guto sentiu falta de algo, incomodado mais uma vez com aquele vazio que havia sentido na Sapucaí. Sentia que não fazia mais parte daquela cidade de que tanto amava e falta de identidade cultural em seu lar. A partir disso, ele investiu na pesquisa de algo que o fizesse pertencer àquele lugar novamente e que, também, trouxesse uma identidade para a capital mineira.

MUDANÇA

Decidido a participar mais dos eventos tradicionalmente mineiros, Guto, também, se dedicou a realizar uma luta por aquilo que faltava aos mineiros: o carnaval. Sentiu pesar por não poder trazer a praia até Minas, afinal, também sentia falta do mar, mas percebeu que o carnaval ele podia devolver, sim, ao povo.

Blocos de rua, alegria e as tradicionais marchinhas: assim Augusto recuperou a essência da festa brasileira e incorporou-a a BH. Junto com seus

colegas de infância fundou, em 2009, o “Bloco do Tico Tico” e o “Bloco do Peixoto”. Voltando às origens, juntamente com seu pai, fundou o “Mamá na Vaca”, que desfila pelas ruas do bairro Santo Antônio, onde Guto mora. É um bloco no qual os foliões pintam a tradicional vaca que existe em uma das ruas do bairro. Augusto Carvalho Borges é mais que fundador desses blocos: é seu regente. Mais uma vez suas raízes estão fincadas na música.

Sobe no alto de seu pequeno banquinho, enxerga a multidão e coloca ordem na bateria, depois volta ao chão novamente. É essa a sensação que alimenta Guto. A sensação de fazer o que ama em contato com o público, levando a alegria do Carnaval de volta a cidade que o criou e não apenas um espetáculo, do alto de um enorme palco.

Além de roqueiro e regente de blocos de carnaval, o “homem com alegria de menino” é historiador. Historiador que não só se lembra da história do passado, mas a transforma em conhecimento, cultura e música. O homem que transformou a história do carnaval hoje se dedica à música, seja qual for, para levar ao maior número de pessoas possíveis a sua paixão. Nada de espetáculo, apenas música.

COMUNIDADE

Projeto voluntário Dom Cabral busca novas parcerias



Tubeco deseja ajudar as pessoas da comunidade reformando o local do projeto

Michelly Rodrigues
1º período

Há três anos, surgiu o Projeto Dom Cabral, através da mobilização do pintor Sérgio de Oliveira, conhecido como Tubeco. A intenção é dar oportunidades a crianças e idosos que vivem no bairro da região Noroeste de Belo Horizonte. Ocupando um espaço doado pela Paróquia Dom Pastor, representantes do projeto

buscam parcerias para conseguir a reforma do local.

O grupo conta com o apoio de um professor de inglês, que dá aulas de graça para as crianças. Há também aulas de futebol, capoeira e um grupo de congado. A partir do Projeto, os voluntários criaram, ainda, um bloco de Carnaval chamado “Negra Biruta Cultural”. Integram o bloco pessoas de 7 a 80 anos, sendo 52 participantes, ao todo. Com o apoio de uma

parceria, conseguiram os instrumentos musicais, que foram restaurados.

Com o tempo, o projeto foi estendido à comunidade, por meio de iniciativas que captam recursos para melhorias na região. Uma dessas iniciativas é a festa junina, realizada anualmente. Segundo Fabiana de Castro, pedagoga, estudante de direito e uma das colaboradoras do projeto, a última festa junina foi importante

para conseguir a verba necessária para a reforma de uma creche no bairro.

RELEVÂNCIA

Sérgio de Oliveira acredita que a música, a dança e a arte, de uma maneira geral, são importantes para manter as crianças longe das “más influências do mundo”. Ele tem um carinho especial pelo bairro, já que é onde foi criado e vive até hoje: “Tenho uma motivação a mais para fazer crescer esse projeto”.

A sede do projeto foi conquistada através de uma doação da Paróquia Bom Pastor. De acordo com Fabiana, o local serve como depósito para os materiais que eles utilizam, porém não é suficiente para abrigar as reuniões do grupo. Ela está em busca de parcerias para realizar uma reforma no espaço, tornando-o viável para os encontros. São necessários engenheiros, arquitetos e materiais de construção

para colocar em prática a obra. Fabiana acredita que uma ajuda da PUC seria muito importante, devido à ligação histórica entre o bairro e a universidade.

A arquiteta Maria Eugênia Giovanardi, funcionária da Pró-reitoria de Logística e Infraestrutura, disponibilizou-se a ajudar, de forma pessoal e voluntária, na reforma do local, desenvolvendo a planta arquitetônica, com especificação de materiais. No entanto, para dar seguimento à elaboração da planta, necessita-se de um engenheiro para formular uma planilha de custos.

Daniel Ragonezi, secretário do Escritório de Integração do Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas, informa que este laboratório não tem condições de dar um auxílio às obras do projeto, já que o foco do Escritório, atualmente, são as ocupações urbanas em Belo Horizonte. Segundo Daniel, a única possibilidade de

o projeto conseguir uma ajuda da PUC seria através da iniciativa de um professor da instituição, que apresentaria um projeto de extensão à Universidade. Cabe à Pró-reitoria de Extensão (Proex) a aprovação, ou não, desse projeto.

Karina Gomes, funcionária da Secretaria Administrativa da Proex, afirma que os projetos de extensão aprovados são colocados em prática apenas no ano seguinte. Portanto, os propostos neste ano passariam a receber recursos da PUC somente em 2020. Karina informa que, geralmente, a PUC não oferece esse tipo de ajuda, uma vez que a verba é fixa e dividida entre todos os projetos aprovados para o ano. Além disso, os recursos costumam ser destinados para despesas como alimentação e transporte de alunos e professores. Portanto, o financiamento de uma obra dificilmente seria aprovado pela Proex.

Acordo judicial autoriza retomada de mineração na Serra da Piedade

Sociedade civil, arquidiocese e deputados se unem na luta para preservar área ambiental que atualmente sofre com a depredação

Carolina Fonseca
3º período

O impacto da destruição de ecossistemas e vidas humanas, como aconteceu em Brumadinho e Mariana, não impediu que um acordo judicial habilitando a mineração na Serra da Piedade, no município de Caeté, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, fosse assinado. No dia 22 de fevereiro, a Câmara de Atividades Minerárias do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) concedeu licença prévia e de instalação para o retorno da atividade de mineradora na região.

“O licenciamento em

questão é fruto de um acordo judicial federal que, devido aos problemas de instabilidade e ao grande estrago ambiental deixado pela Mineração Brumafer, na área, definiu um projeto de recuperação concomitante à mineração”, afirma Milene Duque, assessora de comunicação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad). Milene ressalta a importância de esclarecer que esse entendimento não prevê a utilização de barragens.

A mineração tinha sido suspensa em 2005, mas, em 2011, para recuperar os danos deixados pela Bru-

mafer, antiga mineradora, um acordo formalizado na Justiça autorizou a Mineradora AVG a retomar a atividade, contanto que fosse na área já degradada e concomitante à recuperação dela. Segundo a Semad, pelo acordo judicial recente, mais 30 hectares, além da área já degradada, poderão ser minerados.

ARQUIDIOCESE

A Serra da Piedade é tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e abriga o Santuário Basílica Nossa Senhora da Piedade, um patrimônio cultural e religioso, tomba-

do pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (Iepha-MG). O templo recebe cerca de 500 mil pessoas por ano; peregrinos de todo o mundo visitam o local. Diante desta realidade, a Arquidiocese de Belo Horizonte está empenhada em movimentar seus fiéis no sentido de acompanhar as audiências públicas que forem programadas para ajudar na luta pela preservação da Serra e do Santuário.

O professor do Departamento de Ciências Biológicas, Miguel Andrade, que é Coordenador da Aderi (Agência de Desenvolvimento Regional Integrado) da Arquidiocese de BH, disse que a mineração em Minas. “Segue modelos arcaicos e ultrapassados que pretendem, exclusivamente, o lucro e maquiagem aspectos primordiais. São ações incompatíveis com todo esse patrimônio, mesmo justificados por protocolos. Eles foram seguidos em Mariana e Brumadinho”.

Além disso, o prof. Andrade discute o contexto ambiental e cultural em que a Serra se situa: “Fazem parte dele, obviamente, o planalto do entorno, a

fauna, a flora, as paisagens naturais e culturais únicas, a história, a fé, a água que lacrimeja das suas pedras, e que dizem ser bentas”.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

No dia 20 de março, houve uma audiência pública convocada pelo deputado professor Wendel Mesquita, vice-presidente da Comissão de Cultura, do Partido Solidariedade, da qual participaram órgãos de Defesa do Patrimônio – Iphan e Iepha, - Ministérios Públicos Federal e Estadual, Semad e Ibama, para explicar com base em que foi concedida a nova licença. Cerca de 500 pessoas participaram dos debates na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, entre elas o arcebispo metropolitano de Belo Horizonte, dom Walmor Oliveira.

Embora a mineração ainda seja a principal fonte de renda de várias localidades do estado de Minas Gerais, os participantes observaram que é necessário o envolvimento dos órgãos públicos e da sociedade civil na fiscalização dessas atividades econômicas. Para dom Walmor, é importante a união da sociedade em prol da pre-

servação do meio ambiente. “Todos os segmentos da sociedade devem se unir e formar uma única voz, exigindo mudanças nos procedimentos da atividade de mineração. No Brasil e, particularmente, em Minas Gerais, é preciso parar tudo o que está comprovadamente errado e promover recomeços, a partir de um horizonte humanitário”.

Nesse sentido, há várias frentes realizando pesquisas na área, como a Agência de Desenvolvimento Integrado (Aderi) da Arquidiocese, que reúne professores e pesquisadores da PUC Minas juntamente com a Semad, a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater). Eles estão mapeando as bacias hidrográficas que estão perto do Monumento Natural da Serra da Piedade. “As informações da base de dados a ser construída serão de extrema importância para a tomada de decisão e fomento de diretrizes ambientais na região”, segundo a Arquidiocese.



Mineração traz estragos à paisagem da Serra da Piedade

Alice Okawara

Professor diz que Brasil deve dar mais atenção à Venezuela

Victor Monteiro
4º período

“Não me parece que o governo brasileiro tem dado a importância devida à Venezuela. O Brasil tem um papel geopolítico relevante, como líder regional e como país fronteiro quando falamos sobre a questão dos refugiados”. A observação é do espanhol Óscar García Agustín, professor-associado do Departamento de Cultura e Estudos Globais da Universidade de Aalborg, na Dinamarca. Ele foi recebido no dia 15 de março no campus da PUC da Praça da Liberdade, onde ministrou a palestra “Crise na Venezuela na perspectiva internacional”. O evento, organizado pelo curso de relações internacionais, teve como objetivo esclarecer alguns

aspectos sobre a situação pela qual o país sul-americano passa.

O professor ressaltou a importância de se falar aos brasileiros sobre a situação na Venezuela. “Acho importante ver como é a reação no Brasil a essa crise. Principalmente agora, com um novo presidente, é fundamental saber como o Brasil tem visto tudo isso. É um tema central”.

Quanto ao excesso de informações desencontradas a respeito da crise, fato agravado pela forte polarização política no Brasil, Óscar Agustín acredita que quem critica um determinado ponto de vista também está evidenciando sua ideologia: “Existe a ideologia do governo brasileiro, que pode não estar alinhada à de outros países. Há uma ideologização do con-

flito, que às vezes torna difícil de ver temas como a crise humanitária ou de refugiados da Venezuela. E essa parte da crise não é ideológica, já que afeta as pessoas. Não se pode fazer política internacional com as vidas das pessoas”.

Dentre os assuntos que ele abordou estão a tentativa de Juan Guaidó, autoproclamado presidente interino do País, de ser reconhecido oficialmente como presidente, e a crise humanitária e de refugiados. Agustín explicou que a missão de Guaidó de chegar efetivamente à presidência esbarra na falta de apoio do Exército Venezuelano, que permanece fiel ao presidente Nicolás Maduro. Além disso, o Grupo de Lima (organização composta por ministros das Relações Exteriores de 14

países da América do Sul, Norte e Central), formado em 2017 para ajudar a resolver a crise na Venezuela, não é aceito por Maduro como um mediador da situação.

Já a oposição ao governo Maduro não está disposta a negociar com ele, o que provoca entraves a um desfecho que amenize os conflitos. De acordo com dados divulgados pela

ONU (Organização das Nações Unidas), o número de refugiados e migrantes da Venezuela em todo o mundo, atualmente, é de 3,4 milhões.



Especialista falou sobre os principais aspectos da crise venezuelana

Victor Monteiro

Homens trans buscam mais aceitação

Dia Internacional da Visibilidade Trans põe em pauta a luta de transexuais para conquistar espaço e reconhecimento na sociedade

Isadora Rabelo
Julia Santos
1º período

No dia 31 de março comemora-se o Dia Internacional da Visibilidade Trans. A proposta é de que a data aumente a conscientização pública sobre as necessidades das pessoas transgêneros, porém, elas ainda são apagadas e marginalizadas na sociedade. A falta de dados sobre transexuais dificulta o debate sobre os seus problemas. Há poucos estudos voltados para o segmento e a maioria das estatísticas abordam índices de assassinato e suicídio entre essas pessoas.

As mulheres trans são as mais agredidas, mas, quanto ao mercado de trabalho, vêm ganhando espaço. Uma delas é a profa. Duda Salabert, a primeira transexual a concorrer ao Senado Federal por Minas Gerais, tendo expressiva votação nas eleições de 2018. A carioca Vivian Miranda, outra transexual, é a única brasileira em um projeto da Nasa para desenvolver satélites. Apesar de serem tratados melhor pela sociedade, pouco se tem notícia sobre os homens trans, que também sofrem preconceito nos âmbitos social e profissional.

Caio Piastrelli, 37

anos, é tatuador. Ele não escolheu expor sua condição de homem trans, por receio dessa postura limitar seu público. Ele acredita que, no ambiente em que trabalha, esta condição afastaria grande parte de seus clientes.

Piastrelli percebe outras complicações que afetam a inserção de transexuais no mercado de trabalho: a documentação se torna um grande empecilho, pois há uma grande burocracia para adotar o nome social, por exemplo. “Muitas empresas e empregadores criam barreiras e ficam em dúvida quanto a contratar ou não uma pessoa trans”, afirma Caio.

Pedro Fellipe Nascimento, 24, descobriu-se transexual aos 14 anos de idade e iniciou a transição hormonal há, aproximadamente, dois anos e meio. Antes de se reconhecer como homem trans, ele acreditava ser uma mulher lésbica. Porém, aos poucos, diz ter passado por um processo de desconstrução e autoconhecimento em relação à questão dos diferentes gêneros e dos preconceitos enraizados na sociedade.

Pedro é auxiliar de cozinha no Olympia Coop Bar, localizado no Edifício Maletta, que tem outros trans em seu quadro de funcionários. Antes de ser



Piastrelli acredita que existem barreiras à inserção de transexuais no mercado de trabalho

contratado pelo bar, ele passou por várias entrevistas de emprego. Pedro completa: “Em muitos casos, pela carteira de trabalho do concorrente trans não estar com seu nome social retificado, a vaga simplesmente desaparece, independente da competência e perfil do candidato”.

DIFERENÇAS

A passabilidade, isto é, a capacidade de passar por cisgêneros (pessoas nascidas biologicamente no sexo com o qual se identificam) dos homens trans é maior que a das mulheres trans. Para elas, depende, por exemplo, da época em que começam a transição. Quanto menor a interfe-

rência do hormônio testosterona no corpo, mais elas conseguem se moldar às características femininas. Por causa disso, sofrem mais preconceitos em relação aos homens.

Caio Piastrelli diz que tudo é difícil e a passabilidade nem sempre é favorável a eles, pois gera dificuldades. “Às vezes você fala ‘eu sou um homem trans’ e as pessoas reagem com: ‘O que é isso? Mas como assim? Você quer ser uma mulher?’ As pessoas não têm conhecimento sobre nós”, pontua.

Buscando adequar o corpo ao gênero com o qual se identificam, muitos homens trans recorrem a processos para modificar ou remover suas características femininas, como a

mastectomia (cirurgia para remoção dos seios). O procedimento custa em torno de R\$ 10 mil em clínicas e hospitais particulares. Por causa do preço elevado, ela se torna inacessível para muita gente. A operação também é coberta pelo Sistema Único de Saúde (SUS), que disponibiliza ainda acompanhamento psicológico e pré-operatório. Entretanto, as filas gigantescas não cooperam para a cirurgia ser acessível às pessoas que não podem pagar por ela.

Caio conta que não sofre preconceito diretamente, já que está em um lugar de privilégio, pois sua família o aceitou e seus amigos o acolheram. “Quando tomei coragem para fazer as mudanças físicas con-

versei com minha mãe e ela reagiu de uma forma muito tranquila; foi um processo sem traumas”. Ele conclui: “Não tenho medo por mim, mas por toda a comunidade”.

Pedro Nascimento também foi bem-aceito pela família, porém relata ter passado por um período de depressão quanto à sua própria aceitação. “Eu resolvi me afastar de várias pessoas porque, às vezes, o comportamento que pra eles é comum, é uma agressão verbal e psicológica pra gente”, comenta ao falar sobre quem insiste em usar pronomes e termos femininos para se referir aos homens trans.

Muitos transexuais e outros LGBTQ+ não receberam esse apoio. O Brasil é, hoje, o país que mais mata transexuais no mundo, segundo dados da ONG Transgender Europe (Tgeu), divulgados em novembro de 2018. Entre 1º de outubro de 2017 e 30 de setembro de 2018, um total de 167 transexuais foram mortos no país. Para efeito de comparação, houve 71 assassinatos de pessoas trans no mesmo período no México, segundo colocado na pesquisa. Já os Estados Unidos ocupam o terceiro lugar, com 28 vítimas, seguidos pela Colômbia, com 21 vítimas.

Ato em BH marca um ano da morte de Marielle Franco

Victor Monteiro
4º período

Um ano após o assassinato da vereadora carioca Marielle Franco, do PSOL, várias manifestações ocorreram no Brasil. Uma delas foi realizada em Belo Horizonte, embaixo do Viaduto Santa Tereza, palco tradicional de manifestações culturais e políticas na capital mineira. O evento, realizado no dia 14 de março, foi organizado pelo Comitê Marielle Franco, composto por pessoas de diferentes grupos de esquerda, que se reuniram com o objetivo de chamar a atenção para o caso da vereadora executada, através de debates e eventos.

Representantes de vários movimentos, como

os de luta por moradia, feministas, negros, LGBTQ+ e estudantes, estiveram presentes, reforçando o caráter político do ato. Gritos de ordem, como “Marielle, presente!”, faixas e cartazes com os dizeres “Quem mandou matar Marielle?” deram o tom de protesto pela morte da vereadora.

Durante o evento, foram realizadas várias intervenções, como um sarau de mulheres, peças de teatro, discursos de coletivos mineiros e até uma cerimônia inter-religiosa, comandada por representantes das igrejas católica e evangélica, da umbanda e dos movimentos indígena e quilombola.

Para a deputada federal Áurea Carolina, do PSOL, Marielle represen-

tava um conjunto de lutas que têm transformado o mundo. “Um assassinato tão cruel, premeditado, que tinha como objetivo silenciar sua voz, indigna muito. Mas é essa indignação que nos dá força e coragem para continuar lutando.” Ela ainda ressaltou o valor de Marielle enquanto símbolo de resistência: “Isso eles não podem apagar de jeito nenhum”.

Flávia Dias, 34, é empresária e militante. Esteve presente ao ato junto com sua companheira, Ticiane Mendes, 32, também empresária. “É muito importante ter essa galera aqui, que não costuma estar na luta. O pessoal entendeu que o que aconteceu foi um ato político. E, agora, a gente

precisa pedir respostas, porque quantos mais vão ter que morrer pra gente ter um país realmente democrático?”, disse Flávia.

Dois dias antes de completar um ano da morte de Marielle, a polícia do Rio de Janeiro

preendeu dois suspeitos da execução da vereadora: o policial militar reformado Ronie Lessa e o ex-policial militar Elcio Queiroz. Marielle foi morta com quatro tiros na cabeça, depois de sair de uma reunião com jo-

vens negras. No ataque, seu motorista Anderson Gomes também morreu. Fernanda Chaves, que era assessora, estava ao lado de Marielle no banco de trás e sofreu, apenas, ferimentos leves, devido aos estilhaços.



Luta contra a impunidade do assassinato de Marielle continua

Poesia da favela pede passagem



Sabrina Martina ou MC Martina, como é conhecida, foi criada e vive no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro. Aos 21 anos, já tem muitas histórias e experiências que compartilha através de poesias. Ela sempre gostou de escrever. Começou com paródias de músicas e chegou às poesias que trazem denúncia sobre a realidade em que vive. É ativa nos movimentos sociais, com projetos como "Poetas Favelados" e o "Slam Laje", que ela e os amigos promovem dentro e fora das favelas. No dia 14 de março, MC Martina esteve na PUC Minas São Gabriel, onde falou do seu trabalho e sobre Marielle Franco, que conhecia e em quem sempre se inspirou.

// Alecsandro Heinrick

Quando surgiu o seu interesse pelos movimentos sociais?

Foi quando eu saí da escola, em 2016, um ano decisivo pra mim. Ao terminar o curso médio, eu fiquei um bom tempo procurando emprego e ninguém queria me contratar. Aí fui convidada para um projeto social lá do morro e, inicialmente, não ia participar. Mas a moça do "Gato Mídia" falou que ia ter ajuda de custo, entendeu? Aí eu falei: "pô, beleza". Participei, curti muito essa parte de tecnologia e comunicação. Quando acabou o trabalho, comecei a estudar e me enfiei em tudo quanto é oficina na Maré, no Alemão e em outras favelas. Em 2017 já estava começando a curtir mais poesia. Eu e meu irmão Al Neg, lá do Complexo da Penha, criamos o Poetas Favelados.

O que é o Poetas Favelados?

Atualmente é um coletivo, mas tudo pode acontecer. É um movimento cultural com ataques poéticos no "busão", nas escolas, nos espaços públicos. Antes, a cena de *slam* [competição de poesias] e de poesia marginal não era tão forte na cidade. Quando a gente surgiu, "deu um sacode" em todo mundo. Teve um momento em que, praticamente, só a gente fazia *slam*. Depois, multiplicou e, de dois anos pra cá, o Rio se tornou o segundo Estado com maior número de *slams* do Brasil.

E o Slam Laje, como funciona?

É uma batalha de poesia que acontece praticamente todo mês no Complexo do Alemão. É um dos primeiros grupos de *slam* dentro de favela. Até então

tinha *slam* acontecendo, mas não era realizado por moradores. Era sempre gente da "pista". O Rio de Janeiro ficou um ano sob intervenção federal e a gente resolveu fazer intervenção cultural. É uma batalha de poesia itinerante que vai fazer dois anos. Ela acontecia em um espaço físico muito incrível, a Casa Brota, e hoje roda a favela, vai a alguma escola pública ou privada.

Como você conheceu a Marielle?

Foi no Alemão mesmo, no espaço do Educap. Ela chegou lá um dia, em época de eleição. Ela estava se candidatando. Era ela e o (Marcelo) Freixo. De primeira eu fiquei meio assim, porque eu nunca tinha visto gente da favela envolvida com política. Ela foi a primeira, no meu ponto de vista. A gente começou a trocar várias ideias e eu votei nela. Eu tenho 21 anos. A primeira vez que votei, votei nela. Ela ganhou, foi uma pessoa incrível e sempre esteve perto da favela. Se acontecesse algum B.O, a gente sempre podia recorrer a ela. Era pessoa muito tranquila, muito acessível. Era minha parceira e sempre me fortaleceu bastante.

Como você ficou sabendo da morte dela?

A notícia começou a correr nos grupos de WhatsApp de militância. Eu recebi a notícia por um amigo e fiquei muito bolada. Falei: "pô, logo tu que dá vários papo reto, tá dando papo torto, cara!".

Achei que era mentira ou brincadeira. Logo depois outra pessoa começou a falar em outro grupo lá do morro. Aí eu comecei a desconfiar. Joguei no Google "Marielle Franco" e não aparecia nada. Dois minutos depois, meu amigo falou que ela tinha sido baleada e morrerá. O outro grupo confirmou. Eu falei: "pô mano, é mentira, como assim aconteceu um bagulho tão grave e ninguém vai falar nada?". Eu dei *enter* no Google de novo e apareceu em "O Globo". Eu chorei à beça, não acreditei. Choveu muito no dia e muita gente ficou tocada. A morte dela impactou. Foi um "porradão" na militância. Eu já vi militante sendo ameaçado, desde que entrei "nesse rolê, nesse corre". Já vi o Freixo sendo ameaçado, meu amigo e já fui ameaçada também. Mas nada comparado com o que aconteceu com ela. Ninguém esperava por isso, porque ela não teve nem ameaça. Aconteceu.

“

Eu já vi militante sendo ameaçado, desde que entrei nesse "rolê"

Qual o sentimento um ano depois?

Até hoje ninguém se recompôs, entendeu, "tá geral mal ainda". Ela faz falta e sempre vai fazer, mas fico feliz. Ela foi tipo uma Dandara, uma Carolina Maria de Jesus da nossa geração. Eu fico muito feliz por tê-la conhecido. Só que é complicado, porque o capitalismo e a sociedade são cruéis. É muito triste ver tantas pessoas se autopromovendo com morte dela. Eu me sinto muito incomodada. Acho que a gente tem que tomar muito cui-

dado com a forma como fala dela, o jeito, a intenção, porque desde sempre a morte vendeu. O luto vende, a tragédia vende e isso é muito perigoso.

Qual sua avaliação sobre as recentes prisões dos acusados de matar Marielle?

Eu acho um absurdo tudo o que está acontecendo. Foi um crime político. Eu acho complicado, porque os caras foram presos na Barra, um lugar nobre do Rio de Janeiro. Se eles fossem da favela, "o bagulho teria ficado louco". Eu não estou "botando muita fé" que foram eles. Mas que bom que avançou. Na época o Temer dizia, e agora o Bolsonaro diz que não sabe quem matou Marielle. Duvido! É um caso muito sinistro. Não sei se a nossa geração vai saber. Talvez a minha filha, a minha neta saibam. Não sei se eu vou saber.

Você acredita que há mais pessoas envolvidas no caso?

Gente grande, isso é óbvio. É que nem as grandes tragédias, coisas relacionadas a muito dinheiro e política. As pessoas mesmo não são presas. Por exemplo, o que aconteceu em Brumadinho e em Mariana não teve nenhum preso. Isso diz muito, sabe?

Se você pudesse falar algo para a Marielle hoje, o que seria?

Eu agradeceria a oportunidade que ela me deu ao me ajudar no pré-vestibular que eu fiz ano passado. É louco, porque eu consegui dar um abraço nela. Eu sei que eu dei um último abraço, mas não consegui falar o que eu queria. Só queria agradecer.